

CARLOS LACERDA (1914/1977)



Carlos Lacerda tornou-se uma figura central no chamado interregno democrático (1945/1964), primeiro como jornalista, depois como deputado federal, a partir de 1955, tornando-se líder da União Democrática Nacional (UDN). Esse partido herdara a tradição liberal que chegara a sobreviver nos tumultuados anos trinta e que iria desaguar na candidatura Armando Salles à Presidência, nas eleições de 1938, que não se realizaram. Dessa herança ficou-lhe sobretudo o anti-getulismo, isto é, o primado da defesa das instituições democráticas em sua plataforma. Mas enfraquecida pela ascendência católica (assegurada pela presença esmagadora dos mineiros em sua liderança), sobretudo no que se refere à questão social. Mas também pela aceitação da tutela militar, traço aliás comum à imensa maioria da elite política da época.

Lacerda expressava uma espécie de obsessão anti-getulista, o que o levaria a apostar cada vez mais nas soluções de força. Conspirou abertamente para impedir a volta de Vargas ao poder, sem levar em conta que tal se dava graças ao sistema eleitoral introduzido em 1945/46. E, diante do desfecho eleitoral, tudo fez para impedi-lo de governar. Aceitando a provocação, a guarda pessoal de Vargas promoveu um atentado para assassiná-lo, de que resultou a morte do major Rubens Vaz, oficial da Aeronáutica, e o agravamento da crise a ponto de Vargas ter recorrido ao suicídio. Tramou golpe militar para impedir a posse de Kubitscheck e não tendo sido bem sucedido na tentativa de efetivá-lo (novembro, 1955), exilou-se durante um ano nos Estados Unidos.

De regresso ao país, sem alterar em nada a sua conduta, elegeu-se governador da Guanabara (estado criado em decorrência da mudança da capital para Brasília) vindo a ser um dos artífices do movimento militar que depôs a João Goulart. Tendo os militares optado por permanecer no poder, rompeu ostensivamente com a nova situação dando provas, em seguida, da incapacidade de apresentar ao país uma proposta viável de reordenamento democrático.

Vejamos, de modo mais circunstanciado, a trajetória do personagem que diz bem do distanciamento da liderança liberal brasileira, daquele período, do caminho seguido pela doutrina liberal na Europa e nos Estados Unidos.

Carlos Lacerda nasceu no Rio de Janeiro, no seio de família de políticos. O avô, Sebastião Lacerda, fora ministro no primeiro governo civil da República e, mais tarde, ministro no Supremo Tribunal Federal. Seu pai, Maurício Lacerda, seria deputado federal de 1912 a 1920 e na década de trinta, tendo se notabilizado como socialista, destacando-se entre os que, no Parlamento, estruturaram legislação social de índole democrática, abandonada por Vargas que optou por solução autoritária, atrelando os sindicatos ao Estado. Os outros filhos de Sebastião Lacerda (Fernando e Paulo, seus tios, portanto) ingressaram no Partido Comunista.

Depois de concluir humanidades frequentou a Faculdade de Direito, onde sofreria influência dos professores marxistas que ali exerciam a docência. Desinteressou-se do curso, preferindo dedicar-se ao jornalismo. Nos anos trinta chegou a militar na Aliança Nacional Libertadora, formada pelos comunistas mas com estes romperia publicamente.

No período de desgaste do Estado Novo, logo despontaria no primeiro plano graças ao fato de ter entrevistado a um velho aliado de Vargas (José Américo de Almeida) no início de 1945. A entrevista continha críticas ao regime e reivindicava a convocação de eleições. Como a censura a deixou passar, transformou-se num marco do fim do Estado Novo. Ainda nesse ano, Lacerda lideraria uma campanha contra a candidatura com a qual o Partido Comunista concorria às eleições presidenciais. Desde então, iria adicionar ao anti-getulismo, assumido pela UDN, feroz anti-comunismo. A partir de dezembro de 1949 passou a contar com jornal próprio: Tribuna de Imprensa. Esse jornal e a pessoa de Carlos Lacerda passariam a ocupar uma posição de maior destaque no cenário político nacional a partir da eleição de Vargas à Presidência da República, em 3 de outubro de 1950.

Com o propósito de organizar a mobilização popular, sob a sua liderança, Lacerda criou, em 1953, o Clube da Lanterna. Pela imprensa e através de manifestações de rua lançou uma campanha nacional contra Vargas e seu governo. Progressivamente o getulismo e o anti-getulismo tornaram-se os pólos aglutinadores centrais da política brasileira. Na medida em que emergiam a figura de João Goulart e do trabalhismo, o anti-comunismo também passaria a dar o tom da divisão do país.

Graças à ascendência esmagadora dessa temática, a nação praticamente não tomou conhecimento do fato de que, na mesma altura, a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos dotava o país de poderoso instrumento de modernização econômica, como viria a ser demonstrado sob Kubitscheck e, mais tarde, durante os governos militares.

Lacerda saberia valer-se do pretexto que o grupo no poder iria proporcionar-lhe ao tentar assassiná-lo, no início do mês de agosto de 1954. Rapidamente Vargas ver-se-ia isolado no governo, a ponto de que os próprios comandantes militares pediram a sua renúncia. Não se dispondo a fazê-lo, preferiu suicidar-se. A comoção popular que o fato desencadeou no país voltou-se contra a imprensa anti-getulista que teve suas instalações destruídas por multidões furiosas. A Tribuna de Imprensa escapou de ser empastelada pela ação da polícia. Carlos Lacerda teve que ausentar-se da cidade.

Empossou-se o Vice-Presidente, Café Filho e a UDN tomou conta do governo. Valendo-se da circunstância, Lacerda empenhou-se, sem sucesso, no adiamento das eleições presidenciais que deveriam realizar-se em outubro de 1955. Nesse pleito eleger-se-ia deputado federal pelo Rio de Janeiro. Para a Presidência da República venceu a chapa Kubitscheck-Goulart (PSD/PTB). Conforme foi referido, sob a liderança de Carlos Lacerda, tentou-se um golpe de Estado para impedir a sua posse. Derrotado este, Lacerda ausenta-se do país durante quase todo o ano de 1956, regressando ao Brasil em novembro.

Assume o mandato de deputado federal, vindo a liderar a bancada udenista. Passava a dispor de mais uma tribuna a que daria o mesmo sentido: oposição sem quartel a Kubitscheck. Desta vez, contudo, iria defrontar-se com um político que soubera dotar o país de um projeto mobilizador: a transformação do Brasil numa potência industrial. Ao mesmo tempo, mudou a Capital para Brasília.

Além do Presidente da República, da Câmara e de renovação de parte do Senado, as eleições abrangiam também a escolha dos governadores. No pleito de outubro de 1960, acrescia-se a Guanabara à lista tradicional. Disputando o posto, Carlos Lacerda seria eleito. Não passando na verdade de uma cidade-Estado, a Guanabara tinha a vantagem de acumular impostos estaduais e municipais, dispondo de Orçamento que permitia a realização de obras importantes. Lacerda que até então era considerado como um simples agitador, soube valer-se da circunstância e transformou a paisagem da cidade, implantando túneis e outros meios de acesso que, constando dos Planos Diretores anteriores, vinham sendo postergados. Realizou assim uma administração invejável, o que entretanto não lhe permitiu fazer o sucessor. Sob os governos militares o estado da Guanabara seria extinto, tendo sido efetivada a sua unificação ao tradicional estado do Rio de Janeiro.

No plano nacional, contudo, Carlos Lacerda manteve o mesmo diapasão. A UDN elegera Jânio Quadros. Este, contudo, se dispusera a praticar o

que seria denominado de “política externa independente”, isto é, dissociada dos compromissos advindos da guerra fria. Pelo menos revestiu-se dessa característica ao promover a vinda ao Brasil de Che Guevara e do apoio aberto a Cuba, na altura já transformada numa ditadura, simbolizada pela frequência com que opositores eram fuzilados (submetidos, como se dizia na época, ao “paredon”). Lacerda iria reeditar o antigo vezo anti-comunista. Com a renúncia de Jânio e a tumultuada posse de Goulart, volta ao precedente golpismo.

Carlos Lacerda conseguiu proporcionar apoio popular à campanha contra Goulart. Contando com setores anti-comunistas da Igreja católica, organizou grandes manifestações em diversas capitais. O nome que se atribuiu a essas passeatas diz bem de sua base social: “Marcha da Família com Deus e pela Liberdade”. A par disto, diversos outros segmentos da sociedade indispunham-se progressivamente com o governo, em especial devido ao evidente descontrole inflacionário e à sucessão de greves. Por fim, o governo comportava-se de uma forma que mesmo os setores não comprometidos com as vertentes anteriores davam-se conta de que as novas facções getulistas novamente inclinavam-se por regime autoritário, desta vez com o rótulo de sindicalismo ou socialismo.

Derrubado Goulart, o governo acabaria em mãos dos militares, sendo o primeiro deles o General Castelo Branco. Mais uma vez, Lacerda iria indispor-se com o Primeiro Mandatário em exercício.

A primeira manifestação de descontentamento com os militares adviria da decisão de prorrogar o mandato de Castelo Branco. Em princípio, incumbia-lhe concluir o mandato de Jânio/Goulart, realizando eleições em outubro de 1965. Lacerda atacou violentamente, como era de seu temperamento, a iniciativa em curso. Proclamou que seria um novo 10 de novembro (Estado Novo) com a anuência do Congresso.

Em julho de 1964, o Congresso aprovou o adiamento das eleições para outubro de 1966 e a prorrogação do mandato de Castelo Branco até março de 1967. A partir daí passa a criticar abertamente o governo.

Nas eleições de outubro de 1966, em Minas Gerais e na Guanabara elegem-se personalidades ligadas a Kubitscheck. Embora não se dispondo a impedir a sua posse, o governo decreta um novo Ato Institucional extinguindo os partidos políticos existentes, reabrindo as cassações de políticos, introduzindo a eleição indireta para a Presidência da República e adotando o bipartidarismo. Apesar desse endurecimento, sobrevive uma certa liberdade. Os próprios jornais preservavam o direito de criticar o governo. Castelo dotaria o país de uma nova Constituição (1967) e, dizia-

se, estava disposto a entregar o poder a um civil. Tal entretanto não viria a ocorrer.

Carlos Lacerda passa a articular movimento que se denominou de “Frente Ampla”, sob a sua liderança, de Juscelino Kubitschek e de João Goulart. Esse passo iria afastá-lo em definitivo dos militares. O movimento destinava-se à conquista de eleições livres e da reorganização partidária. Sobreviveu até o segundo governo militar (Costa e Silva). Neste, chegou a realizar dois comícios populares contando com grande afluência. Em abril de 1968, o governo proibiu todas as atividades da Frente Ampla. Nesse ano, sucedem-se as manifestações no país de descontentamento com a permanência dos militares no poder. A resposta será o Ato Institucional número 5 (dezembro, 1968) que reintroduz a cassação de mandatos, implanta feroz censura à imprensa e a violenta perseguição aos opositores. Afinal os militares se decidiram a implantar no país uma ditadura, inclusive fechando o Congresso. Lacerda é preso mas acaba sendo libertado. Mesmo assim teve os direitos políticos suspensos por dez anos.

No que lhe restou de vida, cerca de nove anos, afastou-se inteiramente da política dando ao país uma demonstração de sua extrema capacidade realizadora. Assim como a todos surpreendeu com a qualidade da administração que realizou ao governar a cidade do Rio de Janeiro --já que era tido como um agitador sem escrúpulos, capaz de recorrer mesmo a métodos desleais contra os adversários--, descobriria novas formas de deixar sua marca. Valeu-se das oportunidades surgidas com a transformação do Brasil numa nação industrial para estruturar empreendimento financeiro, onde revelou ampla competência como empresário. E não apenas isto: criou uma editora (Nova Fronteira) onde teria oportunidade de demonstrar achar-se de posse de grande cultura, que soube plasmar em livros e programas editoriais.

O conhecido brazilianist John Watson Foster Dulles (1913/2008) dedicou-lhe uma alentada biografia, em três volumes, que começa assim: “O major Rubens Vaz, antes de ser assassinado em 1954 pelos tiros endereçados a Lacerda, havia sugerido que este amenizasse os seus mordazes ataques; mas o jornalista e orador defendeu seu estilo político agressivo insistindo que era preciso sacudir o país”.

Carlos Lacerda faleceu no Rio de Janeiro em maio de 1977, pouco depois de completar 63 anos de idade.